



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 219/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de acesso a todos os documentos gerados na administração do estado de SP tratando do tema rastreamento de contatos no âmbito da COVID-19. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 219/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, número SIC em epígrafe, para acesso a todos os documentos gerados na administração do estado de SP tratando do tema rastreamento de contatos no âmbito da COVID-19.
2. Em recurso, o ente enviou parte das informações. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado a complementar as informações, a Secretaria explicou, por telefone, que estas informações se encontrariam no âmbito do Comitê de Contingência da COVID 19 que é multisetorial, assim, a requisição deveria ser feita à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Após o envio das informações existentes por esta Secretaria, a Secretaria da Saúde encaminhou para esta OGE que enviou ao cidadão. Cientificado, o requerente demonstrou insatisfação, reiterando o solicitado.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu corretamente a demanda, enviando as informações solicitadas existentes, de acordo com os arts. 7º, II e 11 § 1º da Lei nº 12.527/2011.
5. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral, igualmente esposado no plano federal pela Controladoria Geral da União: "A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental." (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.)."

6. E também cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
7. Aponto também que o requerente entrou com uma denúncia para a Corregedoria Geral da Administração sobre o descumprimento da Lei de Acesso à Informação. Porém, no momento da denúncia, os prazos estavam em andamento, de acordo com as normativas que regulamentam o acesso à informação no Estado de São Paulo, não configurando nenhuma irregularidade.
8. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações, disponibilizando as informações existentes, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 17 de setembro de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado